

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: GÊNERO, SEXUALIDADE E DOMÍNIOS FOUCAULTIANOS.

WELINGTON DE SENA SANTOS

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

ALEXANDRE GALVÃO CARVALHO

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo

Este artigo discute a abordagem de gênero e sexualidade na educação básica, além de problematizar o currículo escolar, destacando seu potencial para promover a cidadania e o respeito à diversidade cultural e também as deficiências que alargam violências e silenciamentos. As considerações sobre educação, currículo e formação docente visam promover questionamentos sobre como as subjetividades que estão a margem do padrão cis-gênero não são contempladas de maneira efetiva nos documentos que norteiam a educação no país e no estado da Bahia, especificamente. Ao focar nas contribuições do pensamento do filósofo Michel Foucault (1986), como base teórica, o texto explora como essa abordagem pode enriquecer o ensino de História e o debate sobre a Sexualidade no sentido de avançar tanto nas metodologias de ensino, quanto nas propostas pedagógicas e curriculares.

Palavras-chave: Educação. Gênero e Sexualidade. Foucault.

Abstract

This article discusses the approach to gender and sexuality in basic education, in addition to problematizing the school curriculum, highlighting its potential to promote citizenship and respect for cultural diversity and also the deficiencies that increase violence and silencing. Considerations about education, curriculum and teacher training aim to promote questions about how subjectivities that are outside the cis-gender standard are not effectively addressed in the documents that guide education in the country and in the state of Bahia, specifically. By focusing on the contributions of the philosopher Michel Foucault's (1986) thought, as a theoretical basis, the text explores how this approach can enrich the teaching of History and the debate on Sexuality in order to advance both teaching methodologies and pedagogical and curricular proposals.

Keywords: Education. Gender and Sexuality. Foucault.

Introdução

O presente artigo se constitui como uma discussão que tem como principal objetivo traçar um diálogo entre a disciplina de História, o pensamento de Foucault e os documentos curriculares que são base para educação básica. De modo mais específico, será feita uma análise acerca dos temas de gênero e sexualidade no Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), de modo a observar como esses temas aparecem no documento e as deficiências para com essa abordagem e sua efetivação na escola pública.

Neste sentido, buscou-se refletir sobre quais os mecanismos legais para abordagem das questões de gênero e sexualidade na educação básica? E quais são as deficiências presentes nestes documentos? Na tentativa de responder esses questionamentos, fez-se discussão inicial sobre como autores do campo da educação enxergam a necessidade de novas abordagens e formas de fazer da escola um espaço de acolhimento das diversidades. Além disso, a análise dos documentos curriculares foi feita objetivando identificar a inserção dos debates de gênero e sexualidade em sala de aula e no planejamento pedagógico, sem perder de vista a criticidade no que se refere às deficiências, silenciamentos e ausências desta abordagem no contexto da educação.

1398

Em síntese, nota-se a necessidade ainda mais latente desse olhar para com as diversidades sexuais e de gênero na educação básica, de modo que os estudos sobre os documentos curriculares e as legalidades para sua abordagem consigam abarcar as relações cotidianas mais próximas de nossas vivências, bem como, uma relação direta entre conhecer o nosso passado e localizar-nos enquanto sujeitos do presente, que através de ações e omissões serão produtores do futuro.

Desafios da Educação para abordagem de gênero e sexualidade

A dificuldade que a escola enfrenta para discutir e falar sobre os princípios de igualdade, diversidade, cidadania e inclusão social são alarmantes e carecem de atenção enquanto objeto de estudo e também para pensar metodologias e projetos que visem o avanço na discussão para enfrentamentos e soluções. De modo geral, as estruturas da escola, do currículo e da formação docente frente a esses desafios corroboram para reforçar os preconceitos, os silenciamentos dos corpos, a discriminação e a exclusão de pobres, negros, homossexuais, gênero, masculinidades e feminilidades (Ferreira, 2020).

Em acordo com Ferreira (2020), diante dos inúmeros desafios de abordagem das questões acerca da sexualidade, a escola precisa conhecer e aplicar o mecanismo legal, e também estudar e se apropriar das tendências educacionais, que podem servir de apoio para a sua prática pedagógica. Este mecanismo é possível para pensar o desenvolvimento de ações educativas no que tange a formas adequadas de trabalhar temas relacionados a discriminação e desigualdade, fomentando o combate às violências que atravessam o cotidiano dos alunos que estão à margem do padrão cis-gênero.

Sustentando-se na premissa de que a educação formal se constitui numa das esferas sociais que reivindica direitos humanos, enquanto forma a subjetividade de seus sujeitos, é indispensável que os/as educadores/as, desenvolvam seu ofício na intenção de explorar práticas educativas. Estas práticas devem estar pautadas no pressuposto de valorizar e promover o encontro entre o saber construído e acumulado pela humanidade e a construção de medidas que avancem naquilo que descreve a Constituição de 1988 no art. 3º, que discorre sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil principalmente no seu inciso IV. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988).

1399

A reflexão destes temas e abordagens caras ao ensino adquire importância para problematizar a formação docente que debata gênero e sexualidade e indica a necessidade de uma formação inicial e continuada voltada à desconstrução da cisheteronormatividade como alternativa para superar os moldes coloniais que são basilares em reforçar o preconceito, de modo a interferir no processo de formação da subjetividade e nas relações de ensino-aprendizagem. Perspectivar além dessas fronteiras pode impactar para o saber-fazer na/da escola como espaço de/para o acolhimento, escuta atenta, inclusão e equidade, essenciais a uma educação humanizadora e emancipatória.

Diante disso, Nóvoa nos aponta um horizonte para pensar a organização do currículo, os moldes educacionais que hoje se apresentam de modo inconsistente para com as demandas dos sujeitos. O autor afirma que professores e escolas têm de possuir capacidade de iniciativa e flexibilidade. Pois, as estruturas que hoje sustentam a educação estão constituídas em bases uniformes e rígidas e essa forma de organização tem os seus dias contados. Portanto, é preciso certa abertura para definir soluções diversas, no âmbito dos diferentes projetos educativos, escolares e pedagógicos. (Nóvoa, 2022)

As novas roupagens e estruturações da educação devem ser propostas a serem discutidas e implementadas para enfrentar os desafios educacionais. Desta maneira, no que se refere a essas novas possibilidades é caro se perguntar, quais os mecanismos legais para abordagem das questões de gênero e sexualidade na educação básica? E quais são as deficiências presentes nestes documentos?

Pensar como a abordagem de gênero e sexualidade, deve estar amparada por mecanismos legais, seja eles os currículos formais, sejam ementas, leis e diretrizes é fundamental para avançar nos desafios e barreiras para o ensino destes assuntos. Há neste cenário a necessidade de apropriação dessas possibilidades de planejamento por parte das instituições, e também, dos docentes, se munir das ferramentas de intervenção que já estão consolidadas e conquistadas ao longo do tempo para planejar e se formar nos conhecimentos específicos desta abordagem.

Além disso, defrontar-se com essas dificuldades é mais um dos conflitos presentes em nossa sociedade e, sobretudo no que se refere à educação. Perspectivar o avanço para além das fronteiras que estão postas, é neste intuito que a produção científica das potencialidades da abordagem sobre diversidade, educação e ensino, tratando dos acontecimentos emergentes na atualidade que desafiam os sujeitos do presente devem tomar o centro dos debates. Nóvoa (2022) irá defender a ideia das novas possibilidades e formas de produzir uma metamorfose da educação, salientando que:

É preciso transformar a estrutura organizacional da escola. Todos sabemos que, no século XIX, houve um grande projecto histórico de normalização da escola: espaços, tempos, currículo, avaliação das aprendizagens, papel dos professores, turmas de alunos... tudo foi submetido a uma lógica de normalização (...) (Nóvoa, 2022).

De acordo com esse ponto de vista, a escola, com todos os seus defeitos e limites, é ainda uma das poucas instituições que pode proteger os mais pobres e vulneráveis. (Nóvoa, 2022 p.44). Por isso, a necessidade de repensar a abordagem de temas e também formas de refazer a educação relacionada às questões de gênero e sexualidade, mais especificamente.

Documentos curriculares

A formação dos indivíduos sociais é resultado também do conhecimento histórico produzido pela humanidade. A ciência histórica, na educação básica, tem como principal

Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 9, n. 17, p. 1397 - 1408 , maio, 2024.

premissa desenvolver a reflexão. A partir desse movimento, podemos compreender como o passado insiste em aparecer de diversas formas, podendo trazer contribuições para entendermos maneiras de se relacionar com o mundo. Esse movimento exige a inserção do passado no tempo e realidades específicas.

Diante disto, questiona-se qual a utilidade da História Antiga para os sujeitos do presente e como podemos relacioná-la com as sociedades contemporâneas, tendo em vista um passado distante no que diz respeito ao tempo cronológico e a geografia, se especificarmos o seu estudo no Brasil. Perante isso, é necessário o exercício de estabelecer relações entre o período e o cotidiano social que estamos inseridos, no intuito de trazer significado para a história e para nossa vida.

Pensar a História Antiga como um diferencial para propor debates muito férteis acerca do passado é uma das principais defesas para desenvolver um Ensino de História que estabeleça um forte pilar da relação passado-presente, necessário ao desenvolvimento crítico e a formação humana dos sujeitos sociais. Isto pode ser melhor entendimento a partir do que nos aponta Moerbeck 2019:

[...] Uma História Antiga para o século XXI deve focar em uma agenda que dê conta de questões relacionadas às desigualdades econômicas, de gênero, étnico-religiosas e os perigos de governos autoritários. Dizer que a Antiguidade não nos pode fazer refletir sobre questões tão urgentes é tão somente falta de imaginação ou boa vontade. Esse mundo de outrora é uma região de fronteiras distantes conosco, mas elas existem. Os alunos e alunas rejubilar-se-ão com estudo da Antiguidade à medida que se sintam sujeitos e se questionarem sobre as suas próprias histórias. Tudo isso só é possível com o direto à fala, à expressão e para lembrar de uma noção antiga, muito interessante para se pôr em debate em sala de aula é a isegoria (Moerbeck, 2019, p. 59).

Portanto, a história se constitui como um componente curricular imprescindível para a educação e a formação do sujeito crítico de sua realidade, protagonizando o desenvolvimento da ideia de alteridade e a noção que o passado tem muitas diferenças com o nosso contexto, mas, pode ser importante para problematizarmos as diversas desigualdades presentes em nossas sociedades, bem como, questões e temas urgentes, entre eles a discussão sobre sexualidade e ensino de história.

As discussões acerca desse tema adquiriram grande notoriedade e fomentaram muitas pesquisas, dito isso, é importante ressaltar os documentos curriculares que são a base para

abordagem destes e outros temas em sala de aula por professores de todo país. Na promulgação da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2019, pode-se identificar um regresso no que se refere às normativas anteriores com e para a diversidade. O documento se baseia em um modelo tradicional de educação que visa apenas trabalhar conteúdos direcionados à aprendizagem de competências necessárias para o mercado de trabalho, é evidente que o silenciamento desses conteúdos atravessa diretamente a realidade do país no que se refere a violência de gênero e sexualidade.

Dessa forma, é possível identificar que, se anteriormente, mesmo com a presença de documentos norteadores que buscavam incluir gênero e sexualidade como temas a ser trabalhados na educação básica a efetivação desta ação já encontravam entraves, as normativas atuais tornaram tal debate ainda mais desafiador. Vale ressaltar que os desafios são encontrados tanto na educação básica quanto na formação docente. É necessário notar que tais documentos trazem em suas redações a promoção e respeito aos direitos humanos, porém ao especificar para quem e sobre quem esses direitos se referem, a população LGBTQIA+ sequer é mencionada em sua construção (Brasil, 2019).

Ao tratarmos destes documentos que são fundamentais para a educação no país, exige-se a análise do currículo. Pois, o currículo prescrito, avançou em alguns esforços para incluir a discussão de gênero e sexualidade na educação. Ao longo dos anos 90 algumas mudanças foram evidenciadas no que diz respeito aos direitos humanos e democráticos, os PCNs se direcionaram a inserção de aspectos referentes ao debate de temas de grande importância social, tendo em vista a garantia “[...] do ideal de [...] igualdade de direitos entre os cidadãos, baseados nos princípios democráticos” (Brasil, 1998a, p.13).

O currículo é “[...] todo sistema de comportamentos e valores” (Sacristán, 1995, p. 86) cujas presenças e ausências inserem os sujeitos em um universo simbólico chamado escolarização. As presenças e ausências destas abordagens podem ser compreendidas em relação aos diversos conteúdos que darão corpo ao sistema educacional proposto em uma sociedade, incluindo nele, as temáticas de gênero e sexualidade. As questões que se relacionam a estas temáticas adentraram aos Temas Transversais – grupos temáticos cuja inserção na educação poderia atravessar as diversas disciplinas obrigatórias de maneira interdisciplinar. Dentre as áreas de organização, coube à Orientação Sexual a discussão de assuntos referentes à gênero e sexualidade, tendo como aspectos norteadores as discussões de corpo, relações de gênero e a prevenção às infecções sexualmente transmissíveis (Brasil, 1998).

Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 9, n. 17, p. 1397 - 1408, maio, 2024.

Sendo parte das prerrogativas que estabelecem a base nacional curricular, esses temas deveriam estar contemplados ao longo da formação docente, para que se pudessem garantir o que estabelece a Constituição no que diz respeito ao “[...] pluralismo de ideias e concepções pedagógicas [...]” (Brasil, 1988, p. 123).

Portanto, perspectivar novos olhares para os estudos na interface entre educação, discurso, e processos de subjetivação, se constitui ainda como um campo fértil. Neste sentido, entender a relação entre elaboração de mecanismos de saber-poder, desenvolvidos a partir da modernidade, que se apresentam de formas discursivas e não discursivas nas práticas educativas, é uma possibilidade de avançar no entendimento destas formas de poder e dominação presentes nos modos de pedagogização, que também são responsáveis pela formação humana e sua subjetivação, conceitos importantes e fundamentais nas discussões do filósofo francês Michel Foucault (1986).

Para Santos e Carvalho (2022) a perspectiva de ciência e o diálogo com as distintas áreas de conhecimentos desenvolvidos por Foucault, contribuem para o debate sobre educação na atualidade, mesmo que o filósofo francês não esteja preocupado em fazer uma discussão diretamente ligada à esfera da educação (Santos, Carvalho. 2022). É diante dos conceitos relacionados à formação do discurso, a constituição do ser humano e a subjetividade do sujeito que surgem as principais ferramentas de discussão entre as políticas educacionais do Brasil e o pensamento do autor.

Segundo Foucault, o avanço do sistema capitalista é o marco importante para entender as mudanças ocorridas no âmbito da formação das subjetividades. Dessa forma, na modernidade, a educação adquire uma roupagem nova, a do controle, em que os sujeitos partem para uma autovigilância, de forma muito mais fluída a atender as especulações de mercado, passando a ser disciplinados de acordo com sua forma de inserção no mundo globalizado (Valeirão, Kelin. 2009 p. 70 - 83). Todavia, segundo Foucault, é perceptível formas de resistências que desencadeiam o surgimento de “contrapoderes”, polimorfos, que, fugindo do modelo disciplinar, hierarquizado e vertical, resultam em novas possibilidades de subjetividades. (Souza, Luiz Washington. 2011, p.63)

De modo geral, há, no pensamento formulado por Foucault, inúmeras críticas às formas de disciplinarização presentes nos processos de pedagogização. É partindo dessas críticas que o pensador fundamenta a ideia de que esses processos têm sua gênese e desenvolvimento a

partir das transformações decorridas do capitalismo, nas últimas décadas do século XVIII, de modo que se interligam ao disciplinamento interno dos saberes.” (Santos, Carvalho. 2022). Além disso, Foucault irá produzir um movimento de ampliação do campo de análise deste fenômeno, apontando que nas sociedades modernas, a formação da educação esteve pautada num poder disciplinar e não mais violento de forma direta, mas adotando uma perspectiva de função social, dócil e dominável. (Silva, 1994, p.89).

Ao evidenciarmos como se forma a disciplinarização e a produção de saber-poder presentes em nossa sociedade, observamos que nela atuam mecanismos de instituição e manutenção do poder, entre eles, o campo da sexualidade como objeto de saber, responsável pela proliferação, a partir do século XVII, dos discursos sobre o sexo. O aumento desses discursos pode ter propiciado a produção de uma sexualidade economicamente útil, visando o fortalecimento e aumento da potência do Estado.

A articulação entre as teorias foucaultianas e educação é muito bem desenvolvida pelo professor Alfredo Veiga-Neto. O autor é, indiscutivelmente, o pesquisador brasileiro do campo da educação que mais e melhor tem trabalhado, em análises de questões do campo com o pensamento do filósofo francês. (Moreira, 2005). Veiga-Neto trará algumas problematizações referentes aos dilemas e dificuldades na sistematização do caráter “não sistemático” da obra de Foucault, por isso irá optar pela utilização, em vez de fases ou etapas, por “domínios foucaultianos” para designar “ser-saber”, “ser-poder” e “ser-consigo”.

1404

Portanto, suas considerações são importantes bases para quando emerge a utilização dos domínios foucaultianos (Veiga-Neto 2003). Sendo assim, na tentativa de estabelecer uma relação entre as abordagens e categorias foucaultianas e seus usos na formação do currículo e das práticas educacionais que se faz uso dos seus escritos neste artigo. Para o autor, as reflexões do filósofo se apresentam como uma importante ferramenta para pensarmos diferentes formas de sexualidade em diferentes formas de análise da produção do saber.

Isto posto, é importante salientar que a Constituição Federal de 1988 e o Documento Curricular da Bahia - DCRB (2022) coadunam para que a educação seja pautada nos debates plurais, que se aproximem das questões relacionadas à diversidade. Para isso, as inquiuições que perpassam a sexualidade, no âmbito educacional, devem estar formuladas não para reforçar e promover estigmatização e sofrimento, pelo contrário, devem se constituir e ser pautadas, com

o objetivo de assegurar legalmente os indivíduos que estão nessas grandes minorias da sociedade.

Nesta perspectiva, quando observado o DCRB Etapa do Ensino Médio - Volume 2, no seu item 5.2 Educação na diversidade e para a diversidade é muito caro a história enquanto disciplina, refletir sobre como o ambiente escolar, é permeado por uma enorme diversidade e,

Tal ambiente envolve uma variedade cultural apresentada não apenas por diversos formatos linguísticos, mas também por diversas demonstrações de tradições, crenças, culturas, valores, posicionamentos políticos, expressões, orientações afetivo-sexuais, identidades de gênero, sexualidades e etnias variadas (DCRB, p.59).

É neste sentido que a produção do conhecimento deve avançar na tentativa incessante de compreender e inserir essas multiplicidades numa abordagem plural de ensino - aprendizagem, abarcando a sexualidade como um dos campos de análise e de apropriação.

Ao levarmos em consideração o campo do currículo, as problematizações aqui suscitadas refletem sobre a grande valia da fonte foucaultiana para as questões educacionais. É indiscutível que as reflexões do filósofo, são importantes para pensar e produzir os currículos, reconhecendo o quanto as complexas práticas e relações implicadas no contexto da educação precisam ser problematizadas.

1405

As inquições servem para pensar a alteridade e a permanência do tema da sexualidade em nossa sociedade e de maneira mais específica, na educação. Essas inquições são importantes para avançar no sentido de romper com formas de violência e da retirada de corpos e subjetividades das zonas consideradas “periféricas” da sociedade.

Segundo texto do DCRB (2022),

quando os currículos não dialogam com as temáticas da Educação para as relações de Gênero e Sexualidade, com e entre os sujeitos, as práticas de negação aos “diferentes” são potencializadas, uma vez que deixam de prepará-los/empoderá-los para situações dentro e fora do ambiente escolar, como abusos e violações de direitos expressos nas mais diversas formas de violências morais, psicológicas, patrimoniais, físicas e/ou sexuais contra meninas e mulheres, sobretudo as negras e os grupos LGBTQIA+ (Brasil, 2022).

Perante o exposto, pensar as propostas temáticas que aproximem as questões sobre gênero e sexualidade no contexto educacional atual, é essencial. Desta forma, promover o respeito às identidades de gênero e sexualidade, dimensões inerentes à pessoa humana, se fundamenta no exercício educativo, que ao fazê-lo não deve incorrer em práticas discriminatórias e de violações associadas aos modos de ser, existir e fruir a sexualidade individual e entre pares. Fazendo-se compreender que tais identidades são dimensões, inexoravelmente, humanas. (Brasil, 2022).

Considerações Finais

Esta pesquisa se vincula ao interesse central de abordagem em sala de aula das questões de gênero e sexualidade, levando em consideração o processo de aprendizagem e apropriação de conteúdo além da formação de uma consciência crítica, modificadora e formativa que faz parte da trajetória daqueles que se decidem pelo fazer da história e da educação.

Diante da análise fica evidente que, apesar de propor essas reflexões, o currículo da educação básica é deficitário no que tange a abordagem acerca de gênero e sexualidade, pois, não direciona sua aplicação e efetividade no ensino básico, além de deixar muitas brechas para com as exigências do currículo sem que o tema em questão ganhe centralidade e prioridade. Além disso, as considerações dos domínios foucaultianos são importantes ferramentas para desenvolver uma análise promissora no que se refere à sexualidade na educação.

As considerações feitas até aqui, são um preâmbulo do que ainda deve ser pesquisado e aplicado a educação básica de nosso país. Esse trabalho não se conclui ou encerra os debates, controvérsias e inovações para a abordagem do tema. As reflexões produzidas devem servir como um início, ainda pequeno para projetos futuros e que poderão se desenvolver a partir deste, para pensar como a sexualidade na educação básica é um tema urgente para possibilitar discussões necessárias ao sistema educacional brasileiro no que diz respeito à perpetuação de violências e silenciamentos acerca dos debates de gênero e sexualidade em sala de aula.

A discussão posta objetiva possibilitar um olhar atento e crítico para com as negligências que atravessam a realidade do Ensino Público, bem como, a ausência de um currículo que aprecie essas abordagens, além da carência na formação dos professores e professoras, que ora se negam a discutir essas questões, ora desconhecem a legalidade que os amparam para fazer uso de tais temas.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 jul de 2023.

BAHIA. Secretaria de Estado da Educação. *Documento Curricular Referencial da Bahia para o ensino médio* (v. 2) / – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. *Educação, diversidade e igualdade de direitos na escola*. In: SANTANA, José Valdir Jesus de; FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. (Org.). *Diversidades, igualdade de direitos e cidadania na escola e na sociedade* (no prelo). 1ed. Vitória da Conquista -BA: Edições Uesb, 2020, v. 1, p. 15-48.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: 2. O uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984b.

_____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P; DREYFUSD, H. *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-149. Edição original: 1982.

1407

LOURO, G. L. *Pedagogias da sexualidade*. IN LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. *O currículo e as diferenças de gênero*. COSTA, M.V.C. (org.) *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (p.85-92).

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. *O PENSAMENTO DE FOUCAULT E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO*. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 90, p. 309-313, Jan./Abr. 2005. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/>.

NACIONAIS, *Diretrizes Curriculares*. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010.

NÓVOA, Antônio. *Escola e Professores: proteger, transformar valorizar*. Salvador: Instituto Anísio Teixeira, 2022.

SANTOS, Welington de Sena; CARVALHO, Alexandre Galvão. *A História Antiga no Ensino Médio, a partir de uma perspectiva foucaultiana*. In: XI Encontro Estadual de História da ANPUH Bahia. (De) colonialidades da história: independências, imperialismos e cidadania. 2022, Salvador, Bahia. *Anais Eletrônicos*, Anpuh, 2023. p. 1-11. Disponível em: <https://www.encontro2022.bahia.anpuh.org/resources/anais/15/anpuh-ba->

eeh2022/1659835683_ARQUIVO_d4dc7f7f7d7530c5fa21a7f6fc5cfdef.pdf; Acesso em: 18 de junho de 2023.

SILVA, Márcio Magalhães da. Germinal: Marxismo e Educação em Debate. *Pedagogia Histórico-Crítica e sexualidade na educação escolar: considerações a partir da análise do tema "orientação sexual" nos parâmetros curriculares nacionais*. Salvador, v. 7, n. 1, p. 78-88, jun. 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos* / Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 – (Ciências sociais da educação) vários autores.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994 – (Ciências sociais da educação) vários autores.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

Autor 1:



Wellington de Sena Santos

Graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Possui interesse pelos temas: Homoerotismo grego, Michel Foucault, Educação e Ensino Sexualidade, Gênero e diversidade.

E-mail: welingtonsenatcc@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8747483403108144>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-8560-3968>

1408

Autor 2:



Alexandre Galvão carvalho

Professor Pleno do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Coordenador do Laboratório de Ensino e Historiografia da Antiguidade e do Medievo (Ieham). Doutor em História Social pela UFF.

E-mail: alexandre.galvao@uesb.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/097373106444477>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4990-0742>